



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE ADULTOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO RIO GRANDE DO SUL**
**ENVIRONMENTAL EDUCATION OF ADULTS IN AN INSTITUTION OF HIGHER
EDUCATION OF RIO GRANDE DO SUL**

Daniela de Mello

Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil
danielamello94@gmail.com

Cristiane Froehlich

Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil
cristianefroehlich@hotmail.com

Resumo

O trabalho objetiva verificar os comportamentos e conhecimentos dos alunos do Curso de Graduação em Administração de uma Instituição de Ensino Superior sobre educação ambiental. Este estudo classifica-se quanto ao método em pesquisa descritiva, levantamento e quantitativa. Sua relevância se volta para a abordagem da degradação ambiental que revela uma forma desarmônica e agressiva de viver, com padrões de produção e consumo insustentáveis. Padrões estes, expressos nas ações cotidianas, muitas vezes amparadas em uma falta de consciência ou influenciadas por algum interesse imediatista de consumo. Desta forma, a população que se preocupa com o meio ambiente, precisa promover atividades voltadas para o ensino da educação ambiental, onde os sujeitos possam aprender e compreender o ambiente no qual estão inseridos. Os principais resultados da pesquisa mostram que os respondentes pensam primeiramente em sua economia, em relação a água, luz e papel. Contudo, os respondentes reconhecem o tema, têm conhecimento da importância das questões relacionadas com a educação ambiental e demonstram preocupação com os problemas ambientais.

Palavras-chave: Administração, Conscientização, Educação Ambiental.

Abstract

The objective of this study was to verify the behavior and knowledge of the students of the Graduate Course in Administration of a Higher Education Institution on environmental education. This study is classified as descriptive, survey and quantitative research method. Its relevance is a solution of environmental degradation that is a form of advertising and aggressive to live with unsustainable patterns of production and consumption. These patterns, expressed in everyday actions, often supported by a lack of awareness or influenced by some immediate consumer interest. In this way, the population that cares about the environment needs to promote activities aimed at the teaching of environmental education, where subjects are essays and essays, the environment is not inserted. The main results of the research in general, in relation to water, light and paper. However, recognized respondents are aware of the importance of issues related to environmental education and concern, behavior changes, in relation to environmental problems.

Key words: Administration, Conscience, Environmental Education.

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre a educação ambiental no mundo contemporâneo estão relacionadas à problemática ambiental que têm feito parte das preocupações dos mais variados setores da sociedade. Desde a Revolução Industrial, a atividade interventora e transformadora do homem em sua relação com a natureza vem se tornando cada vez mais predatória. A década de 1960 pode ser considerada como uma referência quanto à origem das preocupações com as perdas da qualidade ambiental e 1972 um ano histórico para o movimento ambientalista mundial, quando as primeiras discussões sobre o tema culminaram na Conferência de Estocolmo e outros eventos (São Paulo, 1994).

A vida útil dos produtos torna-se cada vez mais curta, o que não poderia ser diferente, pois há uma união entre a obsolescência planejada e a criação de demandas artificiais no capitalismo. É a obsolescência planejada simbólica que induz à ilusão de que a vida útil do produto se esgotou, mesmo que ele ainda esteja em perfeitas condições de uso. Hoje, mesmo que um determinado produto ainda esteja dentro do prazo de vida útil, do ponto de vista funcional, simbolicamente já está ultrapassado. A moda e a propaganda provocam um verdadeiro desvio da função primária dos produtos (Layrargues, Loureiro & Castro, 2002)

Para Dias (2006), é preciso criar uma cultura voltada para a manutenção do meio ambiente saudável, através da reutilização de materiais recicláveis, do aproveitamento de materiais orgânicos e do correto direcionamento do lixo inorgânico. Por tal motivo, a implantação da educação ambiental é necessária para a formação de adultos conscientes e comprometidos com a preservação. Em média cada pessoa produz 1 kg de lixo por dia, considerando a população mundial, pode-se imaginar a gigantesca quantidade de resíduos gerados. Os sistemas naturais não conseguem mais metabolizar essa enorme quantidade de resíduos assim, os mesmos ficam acumulados no ambiente.

O mundo está em uma rápida degradação ambiental que revela uma forma desarmônica e agressiva de viver, com padrões de produção e consumo insustentáveis, padrões estes, expressos nas ações cotidianas, muitas vezes amparadas em uma falta de consciência ou influenciadas por algum interesse imediatista de consumo. Mckeown (2002) entende que tanto os líderes, como organizações, educadores e os próprios cidadãos precisam procurar soluções para os atuais problemas ambientais enfrentados.

As alterações evidentes no meio ambiente têm como a sua maior causa o ser humano que muitas vezes acaba sendo o colaborador para que esta situação se prolifere, contribuindo assim para a péssima qualidade de vida do planeta e da população. Desta forma, a população que se preocupa com o meio ambiente, precisa promover atividades voltadas para o ensino da educação ambiental, onde os sujeitos possam aprender e compreender o ambiente no qual estão inseridos. Há diversos autores e referenciais que apontam para esta crise ambiental e destacam a necessidade de intensificar a prática da educação ambiental (Dias, 2004; Sato, 2004; Guimarães, 2000; Carvalho, 2011; Cascino, 2003; PCNs, 1997).

Diante disso, o objetivo do estudo é verificar os comportamentos e conhecimentos dos alunos do curso de administração de uma Instituição de Ensino Superior sobre educação ambiental.

Para alcançar o objetivo traçado, este estudo utiliza-se, como delineamento metodológico, de uma abordagem descritiva, com método quantitativo, tomando como base a revisão bibliográfica para a apropriação conceitual e o levantamento dos principais pontos para discussão e reflexão sobre a temática abordada.

O artigo está estruturado em sete seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda versa sobre a contextualização da educação ambiental, uma vez que o mundo está em uma crise ambiental e destaca a necessidade de intensificar essa prática. A terceira seção são os conceitos de educação ambiental, para na quarta seção, ser abordada a capacitação e conscientização de adultos para educação ambiental. A quinta seção apresenta os

procedimentos metodológicos utilizados no artigo. Em seguida, sexta seção com apresentação e análise dos resultados, e por último, as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Muitos conceitos, objetivos, diretrizes, metodologias e outras questões sobre a Educação Ambiental (EA), associada ao desenvolvimento sustentável, foram concebidos ou desenvolvidos em diversas conferências internacionais, regionais e nacionais sobre meio ambiente, muitas delas tendo a Unesco como promotora ou apoiadora.

Segundo Barbieri e Silva (2011), as origens dessa educação ambiental estão ligadas à própria criação da Unesco, em 1946, órgão da ONU que iniciou o debate em torno da educação de um modo geral e da EA em particular, em termos globais e por meio da mobilização de governos e entidades da sociedade civil. A criação desse órgão faz parte das iniciativas do imediato pós-guerra para construir condições sociais e econômicas que garantissem a paz de forma duradoura. Em uma de suas iniciativas, a Conferência sobre a Biosfera, realizada em Paris, em 1968, foi criado o programa Homem e Biosfera, com vistas a ampliar os entendimentos da relação entre os humanos e o meio ambiente, e promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implantar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta.

Essa conferência pode ser considerada a referência do movimento pelo desenvolvimento sustentável. Mesmo depois que outros órgãos da ONU assumiram os debates, como a Assembleia Geral da ONU (1966) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Unesco continuou dando sua contribuição para esse movimento nos campos da educação e cultura, suas áreas de atuação específica, como será mostrado mais adiante.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo, em 1972, foram criados alguns instrumentos para tratar de problemas sociais e ambientais planetários, como a Declaração sobre o Ambiente Humano, com 26 princípios voltados para orientar a construção de ambiente que harmonize os aspectos humanos e naturais, considerados essenciais para o bem-estar dos humanos e para que possam gozar de todos os direitos fundamentais (Barbieri & Silva, 2011).

O primeiro princípio dessa Declaração é um exemplo dessa visão que integra questões sociais e ambientais, o que confere sentido para a expressão socioambiental: O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-

estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras (CNUMAH, 1972, Princípio 1, p. 1).

Após a Conferência de Estocolmo de 1972, a EA passou a receber atenção especial em praticamente todos os fóruns relacionados com a temática do desenvolvimento e do meio ambiente. Dela resultou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que viria a dividir com a Unesco as questões relativas à EA no âmbito das Nações Unidas (Barbieri & Silva, 2011).

Foi estabelecido um plano de trabalho com 110 resoluções, e uma delas se refere à necessidade de implantar a EA de caráter interdisciplinar com o objetivo de preparar o ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente (Resolução nº 96). Para cumprir essa resolução, a Unesco e o Pnuma criaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), com o objetivo de promover o intercâmbio de ideias, informações e experiências em EA entre as nações de todo o mundo, fomentar o desenvolvimento de atividades de pesquisa que melhorem a compreensão e a implantação da EA, promover o desenvolvimento e a avaliação de materiais didáticos, currículos, programas e instrumentos de ensino, favorecer o treinamento de pessoal para o desenvolvimento da EA e dar assistência aos Estados membros com relação à implantação de políticas e programas de EA. Uma das primeiras atividades do Piea foi a realização de um Seminário Internacional sobre educação ambiental em 1975, no qual foi aprovada a Carta de Belgrado, um importante documento sobre diversas questões pertinentes à EA, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, embora, nessa época, ainda não se usasse essa expressão, a não ser em círculos muito restritos (Barbieri & Silva, 2011).

A Carta de Belgrado estabeleceu que a meta básica da ação ambiental seria melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza, bem como desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele, com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar de forma individual e coletiva na busca por soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas. Os objetivos da educação ambiental, de acordo com a Carta de Belgrado (1975) são:

1. Conscientização: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele.
2. Conhecimento: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades.

3. Atitudes: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais.
4. Habilidades: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa.
5. Capacidade de avaliação: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental.
6. Participação: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com relação às questões ambientais.

O público em geral, o principal alvo da EA, é constituído por todos os integrantes da educação formal e não formal. Os primeiros compreendem os alunos e professores de todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior e o treinamento profissional; os segundos incluem jovens e adultos, individualmente considerados ou em grupos, de todos os segmentos da sociedade: trabalhadores, administradores, profissionais liberais, entre outros.

3. CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Conforme Tristão (2010), a educação ambiental passa a ser compreendida não só como um modismo passageiro, mas como um caminho, que grupos de profissionais ambientalistas e de outras áreas de atuação e de conhecimento se veem motivados a seguir. Com isso, buscando a conscientização e o apoio de jovens profissionais e estudantes que estão preocupados com a preservação do meio ambiente e sobrevivência do planeta, pode-se perceber que este processo irá se desenvolver, mas de forma lenta e gradual.

Nesse contexto, Almeida (2006) aponta que as questões ambientais são capazes de sensibilizar aqueles em que a visão adquirida sobre a natureza está associada a crenças filosóficas, religiosas e morais. No entanto, as experiências indicam o quanto ainda precisa ser feito, bem como a grande importância da participação da universidade para o desenvolvimento e formação de seres humanos mais preocupados com a sobrevivência do meio ambiente.

Para Carvalho (2006), a educação ambiental é considerada inicialmente como uma preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização, que seja capaz de chamar a atenção para o uso excessivo dos recursos naturais, assim como ao seu esgotamento, fazendo com que haja o envolvimento direto dos cidadãos em ações sociais ambientalmente corretas.

A educação ambiental é um tema em crescimento nos dias de hoje já que se percebe a necessidade de uma melhoria do mundo em que vivemos, pois é facilmente notado que

estamos retrocedendo, deixando cada vez mais de lado nossa qualidade de vida de um modo geral, seja pelo curto espaço de tempo ou pelos compromissos em excesso, fazendo com que nossas obrigações diárias fiquem de lado (Guedes, 2006). Ainda conforme o autor, o crescimento e disseminação da educação ambiental é extremamente importante para podermos dar condições melhores de vida às futuras gerações.

Cuba (2010) salienta que a educação ambiental se caracteriza por adotar a gestão ambiental como princípio educativo do currículo e por centrar-se na ideia da participação dos indivíduos na gestão dos seus respectivos lugares: seja a escola, a rua, o bairro, o lugar das relações que mantém o cotidiano. Sendo assim entende-se que o principal papel da educação ambiental é contribuir para que as pessoas adotem uma nova postura com relação ao seu próprio lugar.

A educação para o meio ambiente é, portanto, um assunto que deve ser tratado de maneira integrada, englobando a prática pedagógica e a representação social dos sujeitos envolvidos, colocando as pessoas como participantes de um mesmo processo, na tentativa de solucionar os problemas ambientais (Travassos, 2006).

Mckeown (2002) entende que tanto os líderes, organizações, educadores e os próprios cidadãos precisam procurar soluções para os atuais problemas ambientais enfrentados. Nesse sentido, Guimarães (2005) acrescenta que existem várias maneiras de conhecer, interpretar e definir a educação ambiental e também chama atenção pelo fato desta estar se expandindo no ambiente brasileiro. É uma crescente inclusão deste movimento em resposta às expectativas que a sociedade projeta sobre a escola. Reconhece-se, contudo que a educação ambiental visa estimular o desenvolvimento de uma visão ecológica desde o ensino fundamental, para produzir reflexões, concepções e experiências, visando constituir formas de minimizar os impactos ambientais.

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar (Jacobi, 2003).

Por fim, entende-se que a educação ambiental é uma educação que faz com que haja a participação efetiva dos cidadãos no que se refere ao tema, fazendo com que tenha uma “nova aliança” entre o ser humano e a natureza e, acima de tudo, fortalecer e estimular a participação social de todos. Assim a educação ambiental seria construída pela sociedade

através dos cidadãos nas diversas discussões acerca dos problemas ambientais do micro ao macro ambiente (Amânico, 2005).

4. CAPACITAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DE ADULTOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Tozoni-Reis (2008) a década de 60 pode ser considerada o marco da origem das preocupações com as perdas da qualidade ambiental. A bióloga Carson (1962) com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, estimulou uma revolução ambiental, onde entre outros assuntos, ela ressaltou os impactos ambientais dos pesticidas e inseticidas (Pelicioni, 2014). Percebeu-se que havia uma perda de qualidade de vida, vista de várias formas, desde um rio que secou, um recanto destruído a um empobrecimento estético. Alguns movimentos começaram a ser estimulados e foram realizadas importantes conferências, tratados, acordos e mobilizações para sensibilização e conscientização (Dias, 2006).

A consciência vem como um despertar incentivado pelos movimentos ambientalistas no sentido de conscientizar pessoas e instituições para a necessidade de preservação ambiental e da superação dos diversos problemas que até então estavam sendo causados à natureza (Schultz-Pereira & Guimarães, 2009). A educação ambiental na rede brasileira de ensino é trabalhada de forma interdisciplinar, devendo cada disciplina analisar a questão ambiental no enfoque local e regional. Para atingir um público bem abrangente é necessária a utilização de vários meios, dentre os quais destacam-se não só a escola, na formação formal, mas as rádios, tvs, a imprensa, como formação não-formal.

A divulgação das linhas básicas do Desenvolvimento Sustentável pelo Relatório de Brundtland, em 1987, coincidiu com o Congresso Internacional de EA, considerado por Caride e Meira (2001) como o marco para o terceiro momento da educação ambiental: a fase de educar para mudar. Nesse contexto, com a contribuição da Agenda 21, surgiram as concepções de educação para o desenvolvimento sustentável, o que também consta no texto de Sauvé (2005) incentivo à conscientização da opinião pública sobre as questões socioambientais assim como o desenvolvimento de aptidões para tratar das ações de ambiente.

Garcia Díaz (1999) fez observações acerca do desenvolvimento do tema de EA no contexto mundial, salientando principalmente dois paradigmas: de corte naturalista, centrado na compreensão do meio ambiente e em conceitos ecológicos; tipo ambientalista, que busca favorecer, ajudar, proteger, respeitar, preservar.

Assim, conscientização é um processo de reflexão histórica e ação objetiva que provoca opções políticas e articula conhecimento e valores. A capacitação em EA corporativa é definida como a ação voltada para “dentro da empresa”. Realizar oficinas de reaproveitamento de materiais para que a população pudesse aplicá-la em suas rotinas (Souza *et al.*, 2013).

Para promover a educação ambiental é necessário existir atividades práticas, não só teóricas, pois os adultos têm que vivenciar os problemas para assimilá-los, e assim se conscientizarem e agirem de forma a fazer diferença para alcançar um resultado final adequado e acordado entre todos.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que tange aos objetivos, o estudo classifica-se como descritivo. Para Gil (1999, p.44) pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinação população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. A descrição é o método que metodologicamente descreve cada um dos passos dados na realização da pesquisa, possibilitando com que o leitor visualize tudo aquilo que o pesquisador mentalmente visualizou (Cervo, Bervian, Silva, 2007).

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se em levantamento do tipo *survey*, a qual é caracterizada pela interrogação e solicitação de informações direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (Gil, 2010).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se em quantitativa. Para Malhotra (2006) esse tipo de pesquisa traduz em números as opiniões e informações dos entrevistados que foram classificadas e analisadas e, para tanto, fez-se a tabulação em excel com cálculo de porcentagem para apurar e apresentar os resultados.

O universo é o conjunto dos seres animados e inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum (Lakatos & Marconi, 2007). Neste artigo o universo é composto pelos alunos do Curso de Graduação em Administração matriculados em uma Instituição de Ensino Superior situada na Região do Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul. Essa Instituição está no mercado aproximadamente 50 anos e é reconhecida por sua inovação e qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão. Os seus princípios norteadores baseiam-se em: autonomia, compromisso comunitário e filantrópico, diversidade, empreendedorismo, excelência, inovação, integralidade, sustentabilidade e transparência (Institucional, 2018).

A amostra é composta pelos alunos que estão cursando o sexto, sétimo e oitavo semestres do curso, 452 alunos. Segundo Prodanov e Freitas (2013) a amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano, refere-se ao subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelece ou se estima as características desse universo ou dessa população.

A coleta de dados para a presente pesquisa foi realizada por meio de um questionário que foi elaborado a partir do referencial teórico e foi validado por um especialista do tema. Os questionários foram aplicados aos alunos presencialmente nas salas de aulas e também em meio de internet (e-mail). Os dados foram coletados no período de janeiro a maio de 2017. Obteve-se o retorno de 59 questionários no período estabelecido. Os dados foram tabulados por meio da ferramenta *google docs* e dispostos em quadros para facilitar sua compreensão e interpretação. Em cada quadro, consta uma pergunta do questionário, a frequência de respostas e a percentagem correspondente. Desse modo foi possível realizar a análise descritiva e confrontar os dados com o referencial teórico.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seção seis está estruturada em três subitens, a primeira apresenta o perfil dos respondentes, a segunda versa os comportamentos dos respondentes com relação ao meio ambiente, e por último aborda-se o conhecimento sobre educação ambiental e formação acadêmica.

6.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A amostra foi composta por 27 homens e 32 mulheres. Verificou-se que 45,8% dos respondentes têm a faixa etária de 20 a 25 anos; 32,2% têm entre 26 e 30 anos; e não houve respondentes menores de 20 anos e acima de 51 anos. A escolaridade dos respondentes é ensino superior em administração em andamento, sendo que 20,3% estavam cursando o sexto semestre, 37,3% o sétimo semestre, e 42,4% o oitavo semestre.

Questionou-se aos respondentes sobre o número de moradores por residência, os dados apontam que 33,9% dos respondentes têm 4 moradores por residência, 28,8% têm 3 moradores, e 23,7% têm 2 moradores.

Verificou-se que 37,3% dos respondentes têm renda mensal de 2 a 5 salários mínimo, 27,1% afirmam ter a renda de 5 a 10 salários, 18,6% de 1 a 2 salários, 8,5% de 10 a 20 salários, 5,1% de 20 a 30 salários, 1,7% a renda mensal de mais de 30 salários mínimos, 1,7% tem renda de até R\$880,00.

Após a apresentação de um breve perfil sobre os respondentes, são abordados os comportamentos dos respondentes com relação ao meio ambiente.

6.2 COMPORTAMENTOS DOS RESPONDENTES COM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE

O Quadro 1 apresenta o comportamento dos respondentes em relação ao meio ambiente, a partir da frequência de atividades praticadas pelos respondentes no seu dia a dia.

Quadro 1 – Frequência de atividades praticadas pelos respondentes no seu dia a dia

Atividades	Nº de resp.	%
Coleta seletiva de lixo	30	18,0
Economia de água	36	21,6
Economia de luz	43	25,7
Preservação de árvores e plantas	16	9,6
Economia de papel	30	18,0
Uso de transporte coletivo ao invés de automóvel particular	10	6,0
Não participo de nenhuma atividade	2	1,2

Fonte: Elaborado pelos autores

O quadro 1 mostra que 9,6% dos respondentes praticam a preservação de árvores e plantas, 6% faz uso do transporte coletivo ao invés do automóvel próprio e 1,2% não pratica nenhuma atividade de preservação do meio ambiente. Verifica-se que 25,7% dos respondentes estão praticando a economia de luz, 21,6% a economia de água, 18% a economia de papel, e 18% coleta seletiva de lixo.

Esses dados afirmam que os respondentes estão mais preocupados com os custos pessoais, com a sua própria economia diária do que com o meio ambiente. Foi perguntado aos respondentes sobre a preocupação em praticar a redução de resíduos, verificou-se que 62,7% dos respondentes estão às vezes preocupados em, por exemplo, reutilizar o papel, evitar produtos com muita embalagem. Em contrapartida, 30,5% estão preocupados em reduzir a produção de resíduos. Isso permite analisar que há sim um percentual de pessoas que tem o hábito da reciclagem, que segundo Dias (2006) é dar preferência a produtos que não agridem o meio ambiente para redução de impactos ambientais.

Os respondentes afirmam uma preocupação quando se refere a efetuar uma compra, sendo que 88,1% dão preferência para equipamentos de baixo consumo de energia, 11,9% não se preocupam com essa prática. Quanto à prática de separação de lixo, 37,3% sempre têm o costume e 62,8% não têm o costume e nem a preocupação em separar o lixo. Em média cada pessoa produz 1 kg de lixo por dia, considerando a população mundial, pode-se imaginar a gigantesca quantidade de resíduos gerados, os sistemas naturais não conseguem mais

metabolizar essa quantidade de resíduos assim, os mesmos permanecem acumulados no ambiente (Dias, 2006). A separação do lixo, destinação correta e seu reaproveitamento por meio da reciclagem são práticas importantes para o meio ambiente.

Ao perguntar se já mudaram os atos de consumo pensando no meio ambiente 88,1% afirmaram que sim, 11,9% não mudaram, com isso a conscientização. Mckeown (2002) entende que os próprios cidadãos precisam procurar soluções para os atuais problemas ambientais enfrentados.

Há muitos projetos que envolvem a proteção do meio ambiente nas cidades, onde os respondentes residem e nas cidades próximas, sendo assim, 66,1% dos respondentes afirmam não conhecer nenhum projeto relacionado ao tema, 33,9% citaram alguns projetos onde participam e/ou conhecem, como mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Projetos que envolvam a proteção do meio ambiente

Projetos	Nº de resp.	%
Coleta de resíduos eletrônicos	1	4,8
Coleta seletiva	9	42,9
Grupo interno de gerenciamento ambiental	1	4,8
Organização para preservação ambiental	4	19,0
Plantar árvores	2	9,5
Programa de gestão de resíduos sólidos	1	4,8
Projeto de gestão ambiental em universidades	1	4,8
Usina de reciclagem	2	9,5

Fonte: Elaborado pelos autores

O projeto mais citado com 42,9% é o projeto de coleta seletiva realizado nas cidades de residência dos respondentes. Em segunda posição, estão as organizações para a preservação ambiental com 19%, em terceiro lugar, usina de reciclagem e plantar árvores cada uma com 9,5% dos respondentes.

Em síntese, pode-se afirmar que os comportamentos dos estudantes com relação ao meio ambiente estão relacionados com economias de consumo que impactam no próprio bolso. A seguir são apresentados os dados sobre os conhecimentos dos estudantes sobre educação ambiental e formação acadêmica.

6.3 CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA

Buscou-se verificar os conhecimentos dos respondentes sobre educação ambiental, os dados mostram que 29,3% dos respondentes entendem que educação ambiental é a preservação do meio ambiente, 13,04% apontaram que são práticas sustentáveis, 12,2% disseram que trata-se da conscientização da população, 12,2% complementaram que a

educação ambiental refere-se a preocupação com a população atual e futura, 9,8% mudança de comportamento, 8,5% consciência ambiental, 4,9% uso adequado de recursos, 4,9% impactos ambientais, 2,4% redução de danos ambientais, 1,2% conhecimento ambiental, 1,2% não conhece sobre o assunto. A compreensão do papel de cada indivíduo, organização ou instituição, no tocante as suas responsabilidades para com a preservação do meio ambiente podem impactar futuras gerações no longo prazo.

Na Carta de Belgrado (1975) constam seis objetivos para educação ambiental que são: conscientização, conhecimento, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação. Ao ser perguntado para os alunos qual o objetivo da educação ambiental, observa-se que 63% dos respondentes afirmam que o principal objetivo é a atitude, em segundo lugar com 23,9% o conhecimento, para propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, para com isso, propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais. Com 6,5% habilidades, 4,3% capacidade de avaliação, 2,2% participação. Segundo um dos respondentes o objetivo da educação ambiental é “Educar as pessoas, ensinar sobre preservação, procurar maneiras de impactar o mínimo possível o meio ambiente, assim reduzindo impactos ambientais, preservando recursos naturais.”.

Sendo de importância de todos os administradores, foi perguntado em qual disciplina é estudada a educação ambiental. 66,7% dos respondentes desconhecem disciplinas voltadas para esse tema no curso de administração. Os demais respondentes citaram disciplinas do curso de administração, que adquiriram algum conhecimento sobre educação ambiental, como mostra o quadro 3.

Quadro 3 – Disciplinas relacionadas ao tema educação ambiental

Disciplinas	Nº de vezes citadas
Análise de investimentos	1
Desconhece	44
Empreendedorismo e Plano de negócio	2
Estratégia empresarial	1
Ética	3
Fundamentos ao Market	1
Gestão de Operações	1
Logística empresarial	3
Pensamento estratégico	1
Sistema de Gestão Ambiental	7
Teoria das Organizações I	1
Teoria das Organizações II	1

Fonte: Elaborado pelos autores

A transversalidade se difere da interdisciplinaridade porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos (Menezes, 2001).

Ainda sobre Menezes (2001) na educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos.

Ao tratar este tema, Bovo (2005) percebe que a proposta da transversalidade se firma como estratégia de ensino. Em decorrência disso, a inserção da educação ambiental nos currículos se revela como uma potencial ferramenta de desenvolvimento de conhecimento e competências, sob a perspectiva de propiciar aos formandos as competências estabelecidas no Projeto Pedagógico dos Cursos e as exigências organizacionais, que estabelecem perfis de profissionais capazes de entender, gerir e responder aos desafios ambientais.

Com isso foi perguntado para os entrevistados, em relação ao currículo do curso de administração se era necessário inserir/abordar a disciplina de educação ambiental. 8,5% dos respondentes afirmam que talvez seja necessária, uma disciplina relacionada à educação ambiental, para que os futuros administradores tenham noção do assunto e 8,5% afirmam não ser necessário ter uma disciplina para abordar o assunto, que a temática deve ser abordada no Ensino Básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Entretanto, 83,1% afirmaram que sim, porque a preservação ambiental deve ser realizada por todos, e inserida no curso de administração, para que os futuros administradores levem para as organizações a importância de desenvolver a educação ambiental no ambiente corporativo.

A capacitação e a conscientização para a educação ambiental poderia ser uma solução positiva para os problemas ambientais, 1,7% acreditam que talvez, 1,7% afirmam que não é positivo. Contudo a maioria, 96,6% afirmam que sim, pois cada pessoa conscientizada sobre a importância, de preservar, reduzir os impactos ambientais e deterioração que o ser humano causa ao meio ambiente, o resultado vem a ser positivo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais conclusões do estudo mostram que os respondentes pensam primeiramente em sua economia, em relação a água, luz e papel. Contudo, os respondentes reconhecem, têm conhecimento da importância das questões relacionadas com a educação ambiental e que há uma preocupação em relação aos problemas ambientais.

Pode-se concluir que quando há um relativo ganho para o respondente no fator econômico, por exemplo, economia de papel, água, a redução do consumo da energia e consequentemente com os custos com energia elétrica há um alto nível de aceitação, ou seja, os itens com maiores índices de aceitação possuem aspectos secundários com benefício pessoal para os consumidores. É possível identificar que a amostra analisada tem um pensamento e conscientização com o meio ambiente, em sua grande maioria até o ponto em que possa lhe atingir negativamente no aspecto econômico ou conforto pessoal.

Apesar de clara a urgência de seu tratamento, o ensino da educação ambiental em Administração carece, ainda, de estratégias específicas para o efetivo alinhamento da geração do conhecimento ao imperativo social. Por isso mesmo, retomar este estudo inicial e de caráter reflexivo e de revisão se faz imprescindível. Aprofundar a temática, da mesma forma, é igualmente necessário. As disciplinas citadas pelos respondentes que abordam o tema educação ambiental são: análise de investimentos, empreendedorismo e plano de negócio, estratégica empresarial, ética, fundamentos de marketing, gestão de operações, logística empresarial, pensamento estratégico, sistema de gestão ambiental, teoria das organizações I e teoria das organizações II.

Essa pesquisa contribuiu para que a universidade estudada tenha uma percepção da visão dos alunos na questão da educação ambiental, que existe uma necessidade e importância de se ter uma disciplina específica voltada para esse tema no currículo do curso.

Este estudo constituiu um trabalho que não tem a pretensão de ser conclusivo, contudo provocativo, visando instigar novas pesquisas para construção de novas possibilidades que contemplem a educação ambiental de adultos, para aprofundar as reflexões.

Quanto à limitação do estudo, pode-se destacar o fato da coleta de dados ter sido realizada somente com uma amostra de 59 respondentes, considerando que estão matriculados nos últimos semestres do curso 452 alunos. Sugere-se para novos estudos a ampliação da coleta de dados com os demais alunos matriculados.

REFERÊNCIAS

Assembléia Geral das Nações Unidas. (1992). *Pacto internacional dos direitos econômicos, sócias e culturais*. Resolução 2.200-A, 1966. Ratificado pelo Brasil em 24 jan.

Almeida, J. R. (2006). *Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Thex.

Barbieri, J. C. & Silva, D. (2011). Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, SP, 12(3), 51-82, maio/jun.

Bovo, M. C. (2005). Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógica. In: *Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar*, 7. Ago/Nov.

Carta de Belgrado. (1975). *Uma estrutura global para a educação ambiental*. Recuperado em 30 setembro 2017, de http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta_de_belgrado.pdf.

CNUMAH. (1972). *Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano*. Estocolmo. Recuperado em 30 setembro 2017, de <http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/DeclaraAmbienteHumano.pdf>

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). (1992). *Agenda 21*. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Carvalho, I.C.M. (2006). *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico* (2a ed.). São Paulo: Cortez.

Cervo, A. L., Bervian, P. A. & Silva, R. (2007). *Metodologia Científica* (6a ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Cuba, M. A. (2010). Educação Ambiental nas Escolas. *ECCOM*, 1(2) 23-31, jul./dez.

Carvalho, I. C. M. (2011). *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico* (5a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Cascino, F. (2003). *Educação ambiental: princípios, história, formação de professores* (3a ed.). São Paulo: Editora Senac São Paulo.

Caride, J. A. & Meira, P. Á. (2001). *Educação ambiental e desenvolvimento humano*. Lisboa: Instituto Piaget.

Carson, R. (1962). *Primavera Silenciosa* (2a ed.). São Paulo.

Dias, G. F. (2004). *Educação ambiental: princípios e práticas* (9a ed.). São Paulo: Gaia.

Dias, G. F. (2006). *Educação e Gestão Ambiental*. São Paulo: Gaia.

Declaração de Tbilisi. (1977). *Algumas Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros*. Recuperado em 30 maio 2017, de <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tbilisi.pdf>

Fórum Internacional das ONGs. (1995). *Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*. Rio de Janeiro.

Garcia Días, J. E. (1999). Una hipótesis de progresión sobre los modelos de desarrollo en Educación Ambiental. In: *Investigación en la Escuela: de la transversalidad a la educación global*. n°37. Sevilla: Díada Editora.

Guedes, J. C.S. (2006). *Educação Ambiental nas Escolas de Ensino Fundamental: estudo de caso*. Garanhuns: Ed. do auto.

Guimarães, M. (2000). *A Dimensão ambiental na educação* (3a ed.). Campinas, SP: Papirus.

Guimarães, M. (2005). *A formação de educadores ambientais* (2a ed.). São Paulo: Papirus.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Jacobi, P. et al. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de pesquisa*, 118(3), 189-205.

Layrargues, P., Loureiro, P. & Castro, R. (2002). O Cinismo da Reciclagem: O Significado Ideológico da Reciclagem da Lata de Alumínio e suas Implicações para a Educação Ambiental. *Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania*. São Paulo: Cortez, p. 179-220.

Menezes, E. T. & Santos, T. H. (2001). *Verbetes transversalidade. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix. Recuperado em 8 outubro 2017, em <http://www.educabrazil.com.br/transversalidade/>.

Malhotra, N. (2006). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada* (4a ed.). Porto Alegre: Bookman.

Mckeown, R. (2002). *Education for Sustainable Development Toolkit*. Recuperado em 26 maio 2017, em http://www.esdtoolkit.org/esd_toolkit_v2.pdf

ONU. (1992). *Agenda 21*. [on line] Rio de Janeiro.

Prodanov; C. C. & Freitas, E. C. (2009). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e de Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale.

Prodanov; C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2a ed.). Novo Hamburgo: Feevale.

Pelicioni, A. F. (2014). *Movimento Ambientalista e Educação Ambiental*. In: PHILIPPI JR (coord.) *Educação Ambiental e Sustentabilidade* (2a ed.). Barueri, SP: Manole.

PCN's. (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF.

Schultz-Pereira, J. C. & Guimarães, R. D. (2009). Consciência Verde: uma avaliação das práticas ambientais. *Qualitas Revista Eletrônica*, 8(1).

Sauvé, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: Sato, M. & Carvalho, I. (2005). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed.

Souza, S. G. et. al. (2013). Educação ambiental como ferramenta para o manejo de resíduos sólidos no cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. Rio Grande, 8(2), 118 – 130.

Sato, M. (2004). *Educação Ambiental*. São Carlos, RiMa.

São Paulo (Estado) Secretaria do meio ambiente. (1994). *Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais*. São Paulo.

Travassos, E. G. (2006). *A prática da educação ambiental nas escolas* (2a ed.). Porto Alegre: Mediação.

Tristão, M. & Jacobi, P. R. (2010). *Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa*. São Paulo: Annablume.

UNESCO. (1997). *Educación para un futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada*. Paris: Unesco, EPD-97/CONF.401/CLD.1.